

Considerando que a Direcção-Geral de Protecção das Culturas é a entidade competente para o reconhecimento oficial das organizações em causa;

Assim, dando cumprimento ao disposto no n.º 38 da Portaria n.º 396/2000, de 14 de Julho, procede-se à publicação anual da lista das organizações oficialmente reconhecidas:

A. Search U. K., Limited (Sucursal em Portugal);
 Agrensaio — Produtos e Serviços Agrícolas, L.^{da};
 Agrofile — Estudos e Consultoria para a Agricultura, L.^{da};
 Agroquisa — Agroquímicos, S. A.;
 Agresearch — Experimentação Agrícola, L.^{da};
 Agrototal — Produtos Agroquímicos, S. A.;
 Apas — Associação dos Produtores Agrícolas da Sobrena;
 Bayer CropScience (Portugal) — Produtos para a Agricultura, L.^{da};
 Bioensaio, L.^{da};
 BM — Ensaios de Campo Unipessoal, L.^{da};
 Du Pont Portugal — Serviços, L.^{da};
 Impactest, L.^{da};
 Sapec Agro, S. A.;
 Sipcam Quimagro — Agroquímica e Biotecnologia, L.^{da};
 Syngenta Crop Protection — Soluções para a Agricultura, L.^{da}

31 de Dezembro de 2004. — O Director-Geral, *C. São Simão de Carvalho*.

Direcção Regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste

Despacho (extracto) n.º 1019/2005 (2.ª série). — Por despachos de 28 e de 30 de Dezembro de 2004, respectivamente do director regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste e do subdirector regional de Agricultura da Beira Litoral:

Maria João Martins Miranda, técnica superior de 1.ª classe da carreira de médico veterinário, do quadro da Direcção Regional de Agricultura da Beira Litoral — autorizada a transferência para o quadro de pessoal da Direcção Regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste, aprovado pela Portaria n.º 538/99, de 23 de Julho, para a mesma categoria e carreira, nos termos do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com efeitos a 1 de Janeiro de 2005. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

30 de Dezembro de 2004. — O Director Regional, *Fernando Augusto Madureira*.

Direcção Regional de Agricultura de Trás-os-Montes

Despacho n.º 1020/2005 (2.ª série). — De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, procedeu-se à publicação do processo de selecção do titular do cargo de chefe de divisão de Infra-Estruturas Rurais, Hidráulica, Engenharia Agrícola e Ambiente, constante do artigo 24.º do Decreto Regulamentar n.º 13/97, de 6 de Maio, no jornal *Correio da Manhã*, de 10 de Dezembro de 2004, e na bolsa de emprego público.

Considerando que o recrutamento do titular do cargo de direcção intermédia é efectuado por escolha de entre funcionários dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo;

Considerando que o licenciado em Engenharia Agronómica Fernando Manuel Gonçalves Fernandes, pela sua experiência profissional, é detentor de aptidão e competência técnica para o exercício das funções inerentes ao cargo de chefe de divisão de Infra-Estruturas Rurais, Hidráulica, Engenharia Agrícola e Ambiente, correspondendo, assim, ao perfil pretendido para prosseguir as atribuições e os objectivos do serviço, evidenciado pelo currículo anexo:

Ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 20.º e dos n.ºs 2, 3 e 4 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, nomeio para exercer, em comissão de serviço, pelo período de três anos, o cargo de chefe de divisão de Infra-Estruturas Rurais, Hidráulica, Engenharia Agrícola e Ambiente o licenciado em Engenharia Agronómica Fernando Manuel Gonçalves Fernandes. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

29 de Dezembro de 2004. — O Director Regional, *Fernando Franco Martins*.

ANEXO

Síntese curricular

Dados pessoais — Fernando Manuel Gonçalves Fernandes, casado, nascido em 1 de Julho de 1950, natural de São Sebastião da Pedreira

e residente na Rua de Macau, Bairro de São Tiago, lote 193, 5300-700 Bragança.

Formação académica — licenciatura em Engenharia Agronómica.
 Experiência profissional:

Desenvolveu funções na Direcção de Serviços de Desenvolvimento Rural, que continua a desenvolver na Divisão de Infra-Estruturas Rurais, Hidráulica, Engenharia Agrícola e Ambiente, nomeadamente:

Na instrução dos procedimentos administrativos relativos a empreitadas de construção de aproveitamentos hidro-agrícolas, no âmbito dos QCA I, QCA II e QCA III;
 No acompanhamento geral das empreitadas, na perspectiva do dono da obra;

Na preparação dos termos de referência e na instrução dos procedimentos administrativos de prestação de serviços conducentes à adjudicação dos estudos de viabilidade e consequentes projectos de execução de aproveitamentos hidro-agrícolas;

Na avaliação, na expropriação e na negociação amigável de prédios rústicos a incluir em obras de hidráulica agrícola;

Na instrução dos procedimentos administrativos relativos a prestação de serviços relacionados com a fiscalização de empreitadas de obras públicas;

Na intervenção na elaboração dos instrumentos contratuais de empreitadas de obras públicas e na prestação de serviços de fiscalização de todas as obras promovidas pela Direcção Regional de Agricultura de Trás-os-Montes (DRATM);

Organizou e instruiu procedimentos, cujos contratos estão sujeitos a vistos do Tribunal de Contas, no âmbito das empreitadas de obras públicas e da fiscalização das mesmas obras;

Participação nas comissões de análise de propostas de todas as empreitadas promovidas pela DRATM, no âmbito da subacção «Novos regadios colectivos»;

É representante da DRATM, na qualidade de presidente, na Comissão Regional da Reserva Agrícola de Trás-os-Montes;

Exerce actualmente o cargo de chefe de divisão de Infra-Estruturas Rurais, Hidráulica, Engenharia Agrícola e Ambiente, em regime de substituição.

Despacho n.º 1021/2005 (2.ª série). — De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, procedeu-se à publicação do processo de selecção do titular do cargo de chefe de divisão de Formação e Gestão de Recursos Humanos, constante do artigo 6.º do Decreto Regulamentar n.º 13/97, de 6 de Maio, no jornal *Correio da Manhã*, de 10 de Dezembro de 2004, e na bolsa de emprego público.

Considerando que o recrutamento do titular do cargo de direcção intermédia é efectuado por escolha de entre funcionários dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo;

Considerando que a licenciada em Direito Adília Josefina Ribeiro Domingues é, pela sua experiência profissional, detentora de aptidão e competência técnica para o exercício das funções inerentes ao cargo de chefe de divisão de Formação e Gestão de Recursos Humanos, correspondendo, assim, ao perfil pretendido para prosseguir as atribuições e os objectivos do serviço, e, ainda, por possuir um conhecimento interno das diversas unidades orgânicas da Direcção Regional de Agricultura de Trás-os-Montes, evidenciados pelo currículo anexo:

Ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 20.º e dos n.ºs 2, 3 e 4 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, nomeio para exercer, em comissão de serviço, pelo período de três anos, o cargo de chefe de divisão de Formação e Gestão de Recursos Humanos a licenciada em Direito Adília Josefina Ribeiro Domingues. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

29 de Dezembro de 2004. — O Director Regional, *Fernando Franco Martins*.

ANEXO

Síntese curricular

Dados pessoais — Adília Josefina Domingos, casada, nascida em 20 de Junho de 1961, natural de Monção e residente na Rua de Fernando Morais, lote 58, 5370 Mirandela.

Formação académica — licenciatura em Direito.

Experiência profissional:

Em 1 de Fevereiro de 1990 foi contratada pela Direcção Regional de Agricultura de Trás-os-Montes para desempenhar funções de consultadoria jurídica, nomeadamente nas seguintes

áreas: Reserva Agrícola Nacional (RAN), emparcelamento, expropriações, empreitadas de obras públicas e aquisição de serviços, Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Pública, contencioso administrativo, contratação pública, instrução de procedimentos administrativos e direito criminal e contra-ordenacional;

Em 7 de Maio de 1997 é nomeada coordenadora do Núcleo de Apoio Jurídico da Direcção Regional de Agricultura de Trás-os-Montes;

Apoia juridicamente a Comissão de Reserva Agrícola;

Elaborou pareceres relacionados com o regime jurídico dos baldios;

Instruiu procedimentos relacionados com a desinfectação de áreas baldias do regime florestal;

Instruiu e interveio na instrução de mais de um milhar de processos de contra-ordenações no âmbito da legislação da caça, da protecção do arvoredo, da veterinária, da Reserva Agrícola Nacional e de incêndios e elaborou as respectivas decisões finais, cuja competência é cometida por lei à DRAM;

Instruiu cinco processos de concessão de zonas de caça e interveio ainda na renovação de inúmeros processos, também no âmbito da caça;

Elaborou certidões de dívida conducentes à promoção de acções executivas no âmbito do PAF — Programa de Acção Florestal;

Elaborou minutas de contratos-promessa de compra e venda no âmbito do regime jurídico das expropriações;

Integrou os júris e as comissões de inúmeros procedimentos concursais no âmbito de empreitadas de obras públicas e aquisição de bens e serviços promovidos pela DRATM e integrou a comissão de abertura de propostas de um procedimento concursal promovido pelo IHERA;

Interveio na celebração de contratos de empreitadas, aquisição de bens e serviços e venda de material lenhoso entre a Direcção Regional e as empresas adjudicatárias;

Coordena e lidera o Núcleo de Apoio Jurídico;

Elaborou protocolos e acordos de colaboração entre a DRATM e outras entidades;

Procede a estudos de natureza jurídica sobre assuntos relativos à actividade da DRATM;

Emite pareceres e elabora informações de natureza técnico-jurídica aos órgãos e serviços da DRAM;

Procedeu e interveio na instrução de mais de 80 processos disciplinares, de quatro inquéritos e de mais de 130 processos de averiguações;

Preparou os processos de resposta nos recursos hierárquicos; Elaborou processos de resposta no âmbito do contencioso administrativo;

Colaborou na elaboração de contestações no âmbito de procedimentos cautelares de natureza administrativa;

Colaborou na elaboração de acções de responsabilidade no âmbito do contencioso administrativo;

Elaborou participações de natureza criminal dirigidas ao Ministério Público e dedução dos respectivos pedidos de indemnização civil;

Elaborou certidões de dívida conducentes à promoção de execuções fiscais;

Organizou e instruiu procedimentos cujos contratos estão sujeitos a vistos do Tribunal de Contas;

Colaborou na instrução de inquéritos promovidos pela IGA;

Elaborou avisos, programas de concursos e cadernos de encargos (documentos pré-contratuais);

Elaborou regulamentos de funcionamento do conselho administrativo e conselho regional agrário da DRATM;

Elaborou despachos de delegação e de subdelegação de competências do director regional e do conselho administrativo da DRATM;

Integrou o júri no âmbito de procedimentos conducentes à celebração de contratos de avença;

Emitiu pareceres e prestou informações de natureza jurídica aos programas operacionais de âmbito nacional e regional (medidas AGRIS e AGRO);

Interveio na instrução de procedimentos de audiência prévia tendo em vista a recuperação de verbas indevidamente pagas no âmbito dos programas comunitários;

Em Julho de 2004, integrou o grupo de trabalho tendo em vista a implementação do SIADAP na DRATM;

Integra o conselho coordenador de avaliação da DRATM, tendo sido nomeada, por unanimidade, sua secretária;

Em 1 de Dezembro de 2004, é nomeada chefe de divisão de Formação e Gestão dos Recursos Humanos, em regime de substituição e por urgente conveniência de serviço, conforme os despachos n.ºs 20/DIR/2004, de 26 de Novembro, do director regional de Agricultura de Trás-os-Montes, e 26 153/2004,

publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 17 de Dezembro de 2004;

Intervém em procedimentos conducentes à transferência de funcionários;

Intervém em procedimentos concursais no âmbito da promoção de funcionários;

Participou ainda em diversas acções de formação e conferências, nomeadamente na área de recursos humanos, contencioso administrativo, contratação pública e direito criminal e contra-ordenacional.

Despacho n.º 1022/2005 (2.ª série). — De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, procedeu-se à publicação do processo de selecção do titular do cargo de director dos Serviços de Veterinária, constante no n.º 8 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 75/96, de 18 de Junho, no jornal *Correio da Manhã* de 10 de Dezembro de 2004 e na bolsa de emprego público.

Considerando que o recrutamento do titular do cargo de direcção intermédia é efectuado por escolha de entre funcionários dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo;

Considerando que a licenciada em Medicina Veterinária Ana Paula de Oliveira Neves Figueiras é, pela sua experiência profissional, detentora de aptidão e competência técnica para o exercício das funções inerentes ao cargo de director de serviços de Veterinária, correspondendo, assim, ao perfil pretendido para prosseguir as atribuições e os objectivos do serviço, evidenciado pelo currículo anexo, e que possui ainda um conhecimento interno das diversas unidades orgânicas que integram a Direcção de Serviços de Veterinária;

Ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 20.º e dos n.ºs 2, 3 e 4 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, nomeio para exercer, em comissão de serviço, pelo período de três anos, o cargo de director de serviços de Veterinária a licenciada em Medicina Veterinária Ana Paula de Oliveira Neves Figueiras. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

29 de Dezembro de 2004. — O Director Regional, *Fernando Franco Martins*.

ANEXO

Síntese curricular

Dados pessoais — Ana Paula de Oliveira Neves Figueiras, casada, nascida em 19 de Junho de 1962, natural de Venteira, Amadora, e residente na Avenida de 25 de Abril, 45, 5430-420 Valpaços. Formação académica — licenciatura em Medicina Veterinária. Experiência profissional:

Ingresso em 1 de Novembro de 1986 no quadro técnico da Cooperativa Agrícola dos Produtores de Batata para Semente de Montalegre, até 15 de Março de 1990, tendo desenvolvido as seguintes actividades: controlo da higiene e qualidade do leite, clínica de campo, sanidade animal, inspecção sanitária e campanhas de vacinação contra a peste equina e a febre aftosa;

Prestação de serviços na Direcção Regional de Agricultura de Trás-os-Montes desde 2 de Julho de 1990, na Divisão de Sanidade Animal;

Gestor regional do Subprograma dos Agrupamentos de Defesa Sanitária;

Na sequência da reestruturação do Ministério e da criação da Lei Orgânica do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, através do Decreto-Lei n.º 74/96, de 18 de Junho, a prestação de serviços na Direcção Regional passou a ter lugar na Direcção de Serviços de Veterinária, onde foi prestado apoio técnico a toda a actividade cometida por lei à Direcção de Serviços de Veterinária;

Exerceu funções de chefe de divisão, em regime de substituição, na Divisão de Intervenção Veterinária de Vila Real desde 1 de Dezembro de 1999, e em comissão de serviço desde 28 de Dezembro de 2001;

Participou ainda em diversas acções de formação e conferências, nomeadamente nas áreas de epidemiologia veterinária e decisão sanitária, iniciação à auditoria, encefalopatias espongiformes transmissíveis, PISA WIN, PISA NET, BSE, plano de alerta da febre aftosa, planeamento e controlo de gestão, bem-estar animal, protecção dos animais de interesse pecuário e brucelose dos pequenos ruminantes;

Reconhecimento pelo Ministério da Agricultura pelo contributo prestado na aplicação do PEDAP — ADS de 10 de Dezembro de 1992.